

A VISÃO DE FELICIDADE NO LIVRO QOHELET RELACIONADA AOS QUESTIONAMENTOS DE FELICIDADE

Aluna: Cláudia Nascimento de Oliveira
Orientadora: Maria de Lourdes Corrêa Lima

Introdução

A pesquisa foi desenvolvida através da análise do livro de Qohelet relacionado à felicidade. O aspecto principal foi considerar que a busca da felicidade encontrada em Qohelet é atual diante do mundo em que vivemos.

Objetivos

O objetivo do trabalho é, através da exegese do livro de Qohelet relacionado a aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos da sua época, mostrar que apesar da evolução da sociedade humana, o seu pensamento e a sua sensibilidade, estão muito próximos ao homem do nosso tempo porque seus questionamentos são os mesmos do homem atual.

Metodologia

A primeira parte do trabalho foi realizada a partir da análise de um trecho do livro de Qohelet. A exegese de Ecl 3, 1-8 nos permite uma estupenda meditação lírica sobre o tempo, essa seqüência poética se abre com uma das estrofes mais célebres de Qohelet, uma ladainha de “tempos” extremos do existir humano. Num eixo pré determinado roda o disco uniforme dos acontecimentos; o seu inexorável desenvolver-se é monótono como som repetido, implacável como o fluir de filtragem, estridente como gesto de demolição. Sobre esse torvelinho sem fim se eleva o pedido radical de sentido que Qohelet apresenta como já o apresentara na abertura geral de seu livro (1,3): “Que valor tem tudo isso?”.

O tempo, diversamente do espaço, inere ao homem e não só adere a ele. Apesar disso, essa qualidade tão intrínseca não é dominável, escapa ininterruptamente e parece inexistente, já que desliza para o nada, apenas pronunciada. A escravidão e a impotência do homem diante do tempo são pintadas por Qohelet com feroz resignação. O fluxo dos dias é inalterável, “não existe coisa alguma a descobrir a fim de desviá-lo para outra foz. O fluxo dos dias é também incompreensível: o homem não “consegue apreender o início e o fim”, e portanto, todo o arco do tempo e do criado. Não obstante, ele tem em si a idéia do eterno e do infinito.

A segunda parte do trabalho foi realizada a partir de todo livro de Qohelet. A análise feita na primeira parte foi comparada ao contexto geral e o resultado obtido foi relacionado aos questionamentos de felicidade do homem atual.

Conclusões

O doloroso saber, é exatamente assim que Qohelet caracteriza a sabedoria à qual chegou no fim de sua investigação:

*“Muita sabedoria, muita irritação;
mais saber, mais sofrimento” (1,8).*

Este saber deve suplantar a sabedoria tradicional, não por qualquer emulação estúpida nem pelo prazer da mudança, mas porque se impõe por si mesmo; ele possui todo o peso e toda a realidade do real, que Qohelet observou lucidamente, sem preconceito, e ao qual

conformou as idéias recebidas, as teorias muito complacente ajustadas, as rotinas confortáveis. Este saber é doloroso porque constantemente irritado: o sábio, com efeito, vê-se contrariado em sua pesquisa, em sua reflexão, em seus projetos, em seus empreendimentos, em seu desejo essencial de bom êxito e de felicidade.

Quais são os motivos de irritação do sábio? Qohelet apresenta três à nossa atenção, em duas passagens em que ele nos grita de certa forma sua dor.

Em 2, 16-17 exclama: “De sorte que morre o sábio igual ao néscio? Por isso tive aversão à vida, porque é *um mal que me oprime* a obra que se faz debaixo do sol”. Em 2, 21: “Porque um homem que trabalhou com conhecimento, perícia e bom êxito, vê-se depois obrigado a deixar tudo como herança a outro que nela não trabalhou; também isso é vaidade e grande mal”, um mal que lhe “desespera o coração”, anuncia no v. 20. Portanto, Qohelet tropeçou no escândalo *da morte* que nivela tudo, que despoja o homem de sua obra e de si mesmo.

Em 8,6b-7, lemos: “ *A grande infelicidade* para o homem é que ignora aquilo que ele será! E quem lhe anunciará quando isto acontecer?” O projeto do sábio vai de encontro à incerteza do futuro e, como um curso de água que se perdesse no deserto, desloca-se e se evapora na *insegurança* da existência.

Enfim, eis o que deplora 9,3: “*É um grande mal* em tudo o que se faz debaixo do sol que haja um mesmo destino para todos: o coração dos homens se enche então de malícia, e a estupidez (se instala) em seus corações enquanto viverem”. *A malícia humana* é encorajada sobre a terra; ora ela com frequência se exerce às custas dos sábios cuja felicidade compromete, quando não os faz “apostatar” da sabedoria (como se exprimia o autor de Prov 1,32a).

A morte

É impossível antecipar verdadeiramente a experiência da morte; só é vivida no presente, cada um por si, e desde que ela se realiza, é muito tarde para comunicá-la. Contudo, Qohelet realizou, na medida em que isso é possível, este acontecimento último, e experimentou a vertigem diante da aniquilação em que ele dissolve o homem. Não podendo captar este ponto extremo de nossa existência, ele ao menos o focalizou imediatamente antes e depois.

Antes, tudo ainda está ali, tudo é ainda possível; contudo, a realização antecipada de sua própria morte será a mais intensa, a mais “desesperadora” para o coração (2,20), se aquilo que precede é uma existência realizada e feliz. Tudo aquilo que concretizava a habilidade do sábio, tudo aquilo que constituía o suporte de sua felicidade, tudo isso ser-lhe-á arrancado violentamente. Não é por acaso que Qohelet abandona aqui o estribilho “vaidade e procura do vento” pela fórmula inédita “vaidade e um grande mal” (2,21): sente-se alguma coisa do arrepio que o agitou. Esta maneira de considerar a morte falseia contudo a perspectiva, porque na realidade eu é que serei arrancado às coisas que, por sua vez, continuam; e este arrancamento não será uma espécie de transferência local, mas meu aniquilamento. Podemos evocar isto pela extinção súbita da luz que até aí iluminava a decoração familiar de meu trabalho; todos os objetos estão ainda ali, mas há uma ausência que se pode imaginar como definitiva. A passagem da luz às trevas é, aliás, uma imagem tradicional, que não nos admiramos de encontrar em Qohelet (11,7-8; 12,2-3; cf. também 6,4). A luz tão doce ao olhar, o sol que alegra os olhos, extinguir-se-ão para ele: será mergulhado definitivamente na obscuridade. A penumbra da velhice já é o prelúdio, mas a morte é coisa bem diferente: a lâmpada então se parte irremediavelmente (12,6); de uma para outra, não há uma transição lenta, sem ruptura.

Considerar a morte como um arrancamento, ou melhor como uma ausência instantânea e definitiva às coisas que estão ao redor e ao mundo, já é impressionante e faz justiça à corporeidade do ser humano. Quando Qohelet se imagina a situação de além-túmulo, exprime

mais a aniquilação do indivíduo dotado de inteligência e de iniciativa, rico de sentimentos: “Não há realização, nem estima, nem saber, nem sabedoria no sheol para onde vais” (9,10b); “Amor, ódio e ciúme já pereceram” (9,6). Toma-se o partido da morte de uma flor, e o tradicionalista Elifaz lhe assemelharia a conclusão da existência sobrecarregada do sábio (Jô 5,26). Quando temos o privilégio de “saber que morreremos” (9,5), recalcitamos diante do fato inelutável do próprio fim. Já “um cão vivo vale mais do que um leão morto” (9,4b), mas precisamente a morte do leão é a mais chocante! A destruição de uma bela existência se apresenta como um desastre ainda mais irreparável, ainda mais injustificável. O indivíduo que se fez a si mesmo pelo próprio esforço de sabedoria e de retidão moral, sentem-se negado no coração de seu ser. Havia-se construído lentamente, laboriosamente, perseverantemente, impelido e apoiado por seu amor do verdadeiro e do bem do qual percebia todo o atrativo e toda a densidade: num piscar de olhos, tudo será desfeito.

A dor se torna ainda mais viva quando vemos a morte levando indiferentemente sábios e insensatos, justos e maus, bons e pecadores (2,14-15;9,2). A morte nivela tudo; ela escarnece e zomba dos valores mais nobres e mais amados. Chega-se a exclamar: para que serviu ter cultivado a sabedoria (2,15) e a justiça? Levados por um acesso de pessimismo, duvidaremos um instante da superioridade do homem sobre o animal! Com efeito, confrontados com o instante supremo e contemplados em sua idêntica decomposição, parecem igualmente vãos (3,19-21); é somente esta a vantagem de ter sido homem? A este ponto da análise o escândalo da morte prematura do justo (7,15;8,14) torna-se de certo modo menor. Da mesma forma, a certeza de não sobreviver muito tempo na memória dos homens e aquela da destruição, num prazo mais ou menos breve, das realizações do sábio, não aumentam notavelmente o sofrimento (2, 16-19). Mesmo se, por impossível, recebesse garantias a este respeito, seria para ele um magro consolo. O que sobressai principalmente é o encarniçamento com o qual a morte procura que tudo o que pertence à sua presa desapareça. A esperança de uma prova ou uma triagem depois da morte faria superar o escândalo, mas esta não existe: todas as aparências vão contra uma tal eventualidade (9,3c-4a).

Assim, a morte sobreviverá sempre muito cedo. O homem que se dedicou à sabedoria sentir-se-á mal recompensado por seu trabalho, injustamente frustrado (2,22-23), desapontado em seu irreversível desejo de plenitude. Mas é impotente para afastar a morte (8,8). Se Qohelet crê poder dizer, em duas ocasiões (4,2-3;6,3-9), que a morte é um bem, isso não é de maneira absoluta; julga que certas existências não valem a pena serem vividas; quanto mais cedo a morte lhes puser um termo, melhor. É que, de fato, a morte não é mais do que “o último inimigo”; antes, o homem pode ser vítima da maldade de seus semelhantes ou ser surpreendido por alguma infelicidade, a ponto de ver interceptada toda a perspectiva de felicidade.

Qohelet tem a concepção de olhar a morte vendo que deve gozar a vida porque lhe falta uma perspectiva para o além da morte, uma vez que ele tem como categoria de pensamento, para o post mortem, a doutrina do sheol, lugar em que não há distinção entre justos e ímpios: ambos são igualados. Desse modo, única recompensa seria ter aqui nesta vida alguma felicidade. Esta doutrina, posta em crise no livro de Jó, será mais tarde ultrapassada com a crença na imortalidade (e da recompensa distinta para justos e ímpios) e, finalmente, com a fé na ressurreição (Dn 12,1-3).

A malícia dos homens

Qohelet de forma alguma assume o papel de moralista em sua obra. Ocasionalmente afirma a validade do ideal moral e deixa entender claramente que reprova seu abandono. Detém-se na questão da retribuição, e é para verificar que a retidão moral não possui nenhuma promessa de recompensa: o justo não está protegido contra a morte nem contra a maldade dos outros, nem contra a insegurança. Ao homem reto tira também a ilusão de querer esperar a

perfeição: não existe o justo absoluto (7,20-22); se a gente por ser cego sobre os defeitos pessoais, os semelhantes que sofrem seus inconvenientes, sabem lamentar-se disto; mas isto não é o mais grave. Qohelet esteve atento à profunda maldade que perverte as relações sociais.

Viu os inocentes condenados por juízes desonestos e testemunhas compradas (3,16-17); viu os pobres explorados pelos ricos (4,1), os trabalhadores esmagados por uma administração corrupta e cobiçosa (5,7-8): são casos em que a honestidade e o valor aplicado de uma multidão de homens são postos em xeque e privados de seu fruto. O sábio deve às vezes apagar-se diante do humor agressivo do insensato, para evitar males maiores (10,2-4). Um país inteiro se encontra à mercê do desleixo de seus governantes (10,16), de néscios que, contra o bom senso mais elementar, ocupam as altas funções (10,5-7). Um rei, pelo fato de ser onipotente, pode impor decisões injustas às quais o mais sábio dos conselheiros não pode se opor (8,2-4). Ora, tudo acaba no abuso do poder e na ausência de escrúpulo; nada neste mundo vem sancioná-los, nem desencorajá-los de recorrer a isto. A sorte única do justo e do mau desencoraja e torna contagiosas a facilidade, a demissão, a desonestidade e a maldade (8,11;9,3-4). O próprio sábio pode deixar-se seduzir! (7,7).

Verdadeiramente, a vida sobre a terra é “este tempo em que o homem tem poder sobre o homem para sua infelicidade” (8,9). No livro dos Provérbios, tem-se a impressão que bons e maus vivem em mundos paralelos e jamais se encontram; os primeiros marcham seguramente para a felicidade, enquanto que os segundos correm infalivelmente para a perdição, e nenhuma interferência parece impedir esta bela mecânica. Certamente, os choques não são totalmente ignorados, mas como admitir que sejam levados a sério, diante de tantas máximas que prometem a imunidade aos justos e o aniquilamento aos maus? Uma tal sabedoria faz dos próprios desejos a realidade! Qohelet, Tendo observado a floresta humana, assume sua existência e as conseqüências nefastas na reflexão sapiencial que faz.

A insegurança

As diversas formas de injustiça não esgotam ainda a soma dos males que contrariam a procura de felicidade do sábio; outras emboscadas se levantam no caminho. Assim é que os mais competentes não estão seguros do sucesso final (9,11), e o resultado dos empreendimentos humanos continua aleatório (11,6). O trabalhador não está livre de um acidente (10,8-9). Nunca se conhece a infelicidade que chegará (11,2), mas o contratempo surpreende os mais hábeis (9,12): as imagens da rede e da armadilha, nesta última passagem, são surpreendentes!

A insegurança envolve toda a existência do homem, que ignora desesperadamente de que será feito seu futuro (3,22b;6,12;8,6b-7;10,14); se fosse prevenido, o sábio poderia evitar os obstáculos, ordenar em conseqüência seus projetos. Qohelet sem dúvida não refletiu sobre aquilo que seria a vida, se nosso mundo continuando aquilo que ele é, fosse concedido este impossível conhecimento do futuro; não ficaria todo o empreendimento paralisado? Mas o conhecimento de que fala é mais existencial do que informativo deplora que o homem não seja o senhor de seu destino e que não tenha poder sobre o tempo de sua vida: quando desejaria amar, a necessidade de odiar pode impor-se a ele (9,1b). Mas isto acontece com todos os tempos de sua existência, enumerados em 3,1-8: o homem não decide nem da natureza de cada um deles, nem de sua concatenação. Alguém decide por ele: Deus, do qual não se pode por mais tempo silenciar o nome nem a ação soberana.

A obra de Deus

Temos aqui um quarto motivo de irritação, e não o menor? Sim e não. Em certo sentido trata-se de um ponto novo; nenhum grito de Qohelet chamara a atenção sobre ele; talvez nosso sábio tivesse a vontade de soltar este grito; reprimiu-o por aquilo que poderíamos

chamar sua fé estóica. Mas este novo título retoma os três precedentes (ultrapassando-os), para considerá-los em sua fonte última: o homem não vai de encontro a uma cega necessidade, mas à liberdade soberana do autor do mundo, de Deus “que faz todas as coisas” (1,15). Transpareceu desde o anúncio de seu propósito, em 1,12-18, que Qohelet não põe em dúvida por um instante sequer a existência de Deus, do Deus Criador cuja atividade onipotente não só causou o surgimento do mundo para o ser, mas ainda continua a fazer existir este mundo e preside ao destino de cada homem.

Depois de ter dado o sopro de vida (12,7), Deus descreve ainda a figura de cada existência escolhendo e dispondo, segundo a sua vontade os tempos que a compõe (3,1-11). É visto que Deus é Deus, sua obra só pode ser inteligente e possuir um sentido, ao menos para ele; deve-se afirmar que ela está “bem, conveniente, em ordem” (3,11a). Mas o homem está desorientado, ele que recebeu do Criador a capacidade de tomar a distância necessária para abarcar com um olhar a figura de sua existência, e mesmo de ter sua idéia sobre o plano (3,11b). O mistério da ação divina aparece melhor e da infelicidade, porque Deus fez um e outro (7,14). Compreende-se que Deus conceda a felicidade: isso está bem, é conveniente e em ordem (5,17). Mas todos estes males inventariados acima? Porque Deus existe para alguma coisa! Relatando a situação mais revoltante que ele encontrou em sua pesquisa (6,1-9), Qohelet diz explicitamente que Deus é seu autor (v.2). Sim, a inteligência e a vontade da criatura, longe de encontrar harmoniosamente a inteligência e o querer do Criador, quebram-se contra eles; é o caso de perguntar com Jó se Deus não teria modificado suas intenções durante a caminhada (Jó 10,8-14). Ecl 3,11a e 11b sugerem, a seu modo, esta mesma interrogação; foi para contrariá-lo imediatamente que Deus depositou no coração do homem o sentido da duração? O “coração” designa a inteligência e a vontade, que se preocupam do conjunto do destino do homem; portanto, é toda a procura da sabedoria que está desorientada.

O sábio, pela observação e pela reflexão sobre a experiência esforça-se para obter uma compreensão global dos dados essenciais da condição humana (trabalho, família, sociedade, relação com Deus, sofrimento, morte etc.). Esta reflexão chega a propor à escolha do homem um ideal de vida que, mediante a submissão às leis morais percebidas, assegurará a feliz integração destes dados. O sábio que entra por este caminho espera gozar da felicidade, este estado durável que nascerá do acordo entre aquilo que ele viver e seu ser profundo, entre aquilo que lhe acontecerá e suas aspirações mais autênticas. A obtenção da felicidade é verdadeiramente a pedra de toque da sabedoria; é aí que se verifica realmente se ela é ou não o caminho do bom êxito e da realização humana. Se a verificação for positiva, ter-se-á encontrado um sentido para o destino humano. Qohelet procura fazer exatamente esta verificação: a relação sabedoria-felicidade é o único objeto de seu livro (e foi também o fio condutor que nos permitiu perceber o movimento da obra e reconhecer a coerência de seu conteúdo). O sábio que crê num Deus Criador julgará que o ideal sapiencial e moral, do qual sente a afinidade profunda com o mais íntimo de seu ser, são também ratificados por Deus; este é, finalmente, seu inspirador e deve deixar que tanto o ideal sapiencial como o ideal moral desenrolem seus efeitos de êxito e de felicidade.

Portanto, é normal ouvir Qohelet afirmar que Deus não se compraz com os insensatos (5,3) e que citará em juízo o jovem à procura de felicidade (11,9); isto significa, com toda a tradição anterior, que as exigências morais percebidas pelo sábio também aquelas de Deus. Mas Qohelet viu ainda que Deus não deixa a sabedoria e o esforço moral desenvolverem suas conseqüências: aqui se encontra uma contrariedade fundamental. Deus distribui felicidade e infelicidade sem correspondência com a expectativa humana, segundo critérios só por ele conhecidos, sem dúvida significativos para ele, mas ocultos aos homens; nenhuma regra da ação divina se manifesta a estes. Eis a sabedoria humana desorientada e definitivamente voltada ao fracasso na procura do sentido do destino humano: ela não encontrar (8,17), porque o comportamento de Deus é definitivo. A condição em que se encontra o homem é má, deve

averiguar Qohelet (1,13b), e nenhuma modificação pode ser esperada, nada de novo pode-se esperar (1,9): é uma lei intangível à qual nada se pode acrescentar ou tirar (3,14). “Aquilo que está torto não pode ser endireitado” (1,15;7,13).

O leitor moderno admira a lucidez de Qohelet, que levanta pela primeira vez em toda sua amplidão aquilo que hoje chamamos “o problema do mal”; mas a expressão do autor sobre o agir divino pode causar um mal-estar porque dá a impressão de confundir todos os planos. Deus, tão distante do homem (5,1), aparece, ao mesmo tempo, terrivelmente próximo, intervindo nos destinos humanos com incrível imediatismo. Nosso sábio não dispunha de categorias permanentes que permitissem uma análise melhor, distinguindo principalmente a causalidade criadora do jogo das causas segundas. Correlativamente, a gente sente a tentação de perguntar se ele ainda reconhece alguma liberdade ao homem. Deixa-lhe a responsabilidade de optar pela sabedoria ou pela loucura, pela justiça ou pela maldade. Vimos que se a última palavra cabe à ação divina (11,5), o homem não está dispensando de esforçar-se e a sabedoria continua sendo o caminho normal do grande êxito (9,10;10,10-15;11,1-6). Qohelet assim mesmo percebeu um vínculo de continuidade entre a iniciativa humana e seu resultado; é significativo que entre as oito situações relatadas em 3,16-6,9, duas sejam consequência da estupidez dos homens, e que nesta ocasião insinue alguns conselhos de bom senso (4,5-6.9-12) que supõe que o homem tenha certo poder sobre sua sorte. Preocupado com o sábio, Qohelet nos mostra com satisfação todos os casos em que a iniciativa é contrariada; vendo as coisas do lado dos insensatos, poder-se-ia concluir que eles chegam a seus objetivos. Gostaríamos que nosso autor tivesse falado de um conflito, de onde orientações contrárias não podem sair igualmente vitoriosas.

Julgamento e retribuição por Deus

“Deus distribui felicidade e infelicidade sem correspondência com a expectativa humana”, acabamos de dizer. Vale a pena estudar mais de perto as afirmações de Qohelet sobre o problema da retribuição por Deus do procedimento humano, ou mais exatamente fazer sua síntese. Nosso sábio fala disso muitas vezes, em formulas tidas freqüentemente como inconciliáveis; não há dúvida de que algumas são susceptíveis de serem interpretadas num sentido muito tradicional, e elas talvez tenham ajudado a obra a superar o obstáculo da censura (3,17;8,5-6a;11,9). Antes de abandonar a partida afirmando que subsistem ilhotas de contradição no livro, não é proibido reduzir a suas justas proporções e ajustar mutuamente as formulações unilaterais; faz-se isto sem dificuldades para outras formulações que, tomadas ao pé da letra, seriam incompatíveis: 7,3;9,7-8 e 9,10.

Uma coisa é certa: Qohelet recusa o sistema no qual a sabedoria tradicional teria codificado a retribuição moral. Não se sente em condições de afirmar que Deus concede a felicidade àquele que é bom diante dele e a recusa ao pecador (2,25b-26). O desmentido da experiência é flagrante: os justos morrem apesar de sua justiça, os maus prolongam seus dias apesar de sua maldade (7,15). Em 8,12b-13, Qohelet expõe, sem dúvida uma formulação pessoal, o sistema; mas ele contesta sua validade no v. 14, como tinha criticado as “avaliações” de 7,28b e 8,1b.5. Eis um dado seguro do pensamento de Qohelet, a partir do qual é preciso compreender os outros textos.

As passagens de 5,5b e 7,17 não reintroduzem a tese clássica. Ameaçando com a cólera divina aquele que fizer um voto sem cumpri-lo, e com uma morte prematura aquele que enveredar deliberadamente pelo caminho da maldade ou da insensatez, elas não enunciam uma lei, mas evocam uma possibilidade e um perigo: “Atenção, dizem, pois corres o risco de obter um resultado exatamente oposto àquele que procuravas”. Assim, no caso de votos feitos de maneira leviana, corre-se o risco de irritar a Deus, quando se esperava conciliar seu favor. No segundo texto, depois de ter averiguado que o justo não está livre de uma morte prematura, Qohelet critica duas maneiras de reagir. Redobrar os esforços, pretender tornar-se

perfeito com a intenção de forçar por assim dizer a mão de Deus, é uma ilusão perigosa que prepara um desabamento catastrófico (7,16). Concluir disso que não há outra coisa para fazer senão abandonar todo ideal de sabedoria e de justiça não é um meio de escapar à insegurança: e se Deus sancionasse esta demissão? Precipitar-se-ia aquilo que se queria evitar.

É ainda o enunciado de uma eventualidade que deve ser lido em 3,17 e 8,6, porque o julgamento aí é apresentado como um “tempo”; 3,1-8 mostra sempre que um tempo implica sempre a existência de seu contrário, e que não se pode saber qual se realizará, nem quando acontecerá. O que é uma certeza para a tradição não passa de uma possibilidade para Qohelet.

Apesar das aparências, a ausência da sanção regular não significa que Deus seja indiferente ao procedimento do homem; ao contrário, ele o tem como responsável. Qohelet lembra ao jovem, em 11,9, que Deus o julgará: este verbo no futuro não envia a um comparecimento judiciário situado no termo da existência; trata-se de um futuro de acompanhamento: o jovem deve saber que está sujeito às exigências morais de Deus através de toda a sua busca de felicidade. Se assim podemos exprimir-nos, Deus julga todas as ações dos homens em seu foro interno, mas não pronuncia necessariamente uma sentença para ser executada imediatamente. Em 8,11a ausência de uma sanção imediata dos atos maus é deplorada: o homem pode pecar cem vezes e não obstante prolongar seus dias! Quanto ao sábio, que aproveite todas as ocasiões de alegria, porque sua parte já está fixada por Deus: se deixar passar uma fração, esta não será compensada. Sua existência é avaliada antes mesmo que se desenrole completamente (9,7): recolocada no conjunto do pensamento de nosso autor, esta expressão aparece como um eufemismo lembrando uma última vez que não há nenhuma correspondência entre o procedimento do sábio e sua parte de felicidade.

Qohelet não substitui um sistema por outro; tudo acontece de tal forma, que nenhum destino humano pode ser interpretado do ponto de vista da retribuição. É a indeterminação total, bem sublinhada pelo fato de que uma sorte única vem encerrar da mesma maneira a existência do sábio e do insensato, do bom e do pecador (2,14-15;9,2). E Qohelet não acredita num julgamento para depois da morte que permitiria resolver o enigma da retribuição (9,3c-4a).

Que resta dizer à sabedoria, depois que ela mediu a imensa contradição que se opõe à procura da felicidade? Ei-la mortificada em seu desejo de inteligência: a compreensão fundamental do agir divino escapa-lhe definitivamente. Em seguida, e por via de consequência, ela é mortificada em seu desejo de felicidade; não tendo descoberto nenhum caminho de acesso seguro, torna-se incapaz de prometer a satisfação. Enfim, na melhor das hipóteses, a sabedoria sofrerá sempre pelo fato de ser escarnejada pela morte. Qohelet confiou-nos a confissão de seu fracasso, que julga exemplar diante de toda a pretensão em contrário (8,17): “Tinha decidido tornar-me um sábio, mas a sabedoria ficou fora de meu alcance. Fora do alcance aquilo que existe, e tão profundo! Quem o descobrirá?” (7,23-24). Apesar disto deve falar, porque, por mais relativa que seja, a sabedoria é boa e faz com que seu possuidor viva (7,11-12). Sua ambição limitar-se-á a dizer o que é melhor para o homem durante sua vida, durante os poucos dias de vaidade que passará como homem (6,12), bem consciente de ficar aquém da questão e de oferecer apenas um “sucedâneo!”

Assumir a condição humana com todos os limites

O primeiro dever do sábio é assumir todos os limites de sua condição, sob pena de falsear suas avaliações e de tomar decisões ruins. É notável que em 6,10-7,14 e 8,16-9,10, estes dois importantes patamares de sua reflexão, Qohelet convida seu leitor a situar-se corretamente diante dos três motivos de irritação atualizados por sua pesquisa. É melhor refletir sobre a morte, fim de todo o homem, do que procurar afastar o pensamento dela por uma vida dissipada (7,1-4). É melhor ter por válidas as exigências morais da sabedoria do que

se deixar seduzir ou desencorajar pelos grandes êxitos dos maus (7,5-7). É melhor conservar a calma diante das surpresas da sorte do que impacientar-se ou sonhar por tempos melhores: a insegurança é de sempre (7,8-14). O sábio que meditou sobre tudo aquilo que se faz debaixo do sol, tem certeza de que há uma sorte igual para o justo e para o mau (9,2). Toma consciência, deplorando, do fato de que a malícia e a loucura são encorajadas nesta terra (9,3). Enfim, sabe-se votado à insegurança, impotente para reconhecer o amor ou o ódio: ambos estão diante dele (9,1b).

O sábio não se evadirá em sonhos, nem se zangará. Tampouco crê poder forçar estes limites redobrando os esforços para conseguir uma sabedoria ou uma justiça consumada: mais cedo ou mais tarde a realidade lhe há de tirar estas ilusões, mas, caindo de mais alto, será destruído: “Não sejas justo demais, nem sábio até o excesso: por que te destruirás?” (7,16). A demissão seria igualmente condenável e perigosa (7,17). A justa atitude será assegurada pelo temor de Deus: “Aquele que teme, consegue ambos” (7,18). Se as contrariedades da condição humana são “obra de Deus”, submeter-se a elas exige também que a gente se incline diante da transcendência de seu autor.

Temor de Deus

Eis aqui um conceito difícil de definir em Qohelet, visto que só aparece em quatro passagens (3,14;5,6;7,18;8,12-13) que infelizmente não demoram para desenvolver sua significação; é necessário apelar para outros textos em que o autor se manifesta sobre a relação do homem com Deus.

Fundamentalmente, o temor de Deus é a atitude religiosa pela qual se reconhece a transcendência de Deus, que ultrapassa infinitamente o homem e pela qual a pessoa se submete a seu governo: atitude difícil de assumir quando se pensa no caráter desconcertante da ação divina! Ela deve ser experimentada como um “reconhecimento apesar de”, dolorosamente consciente de superar o obstáculo do mistério da obra de Deus. Ecl 3,14 liga expressamente o temor de Deus à sua intervenção soberana e inflexível no destino dos homens. Ecl 3,18 deve visar a mesma coisa dizendo: “para que ponham Deus à parte”. Este pôr à parte é correlativo de uma tomada de consciência da finitude humana, cuja expressão aqui é levada ao extremo (3,19-21). Este pôr à parte é inquietante também porque provocado pela não-intervenção de Deus numa situação de injustiça que contudo clama ao céu: Deus parece sentir prazer em se fazer sentir como indispensável e em prolongar indefinidamente sua não ingerência. Quem é este Deus que se faz temer pelos homens a este preço?

Aquele que teme a Deus reconhece que está “em sua mão” (9,1), isto é, em seu poder, sem o matriz de abandono confiante que a gente estaria inclinado a ler espontaneamente na expressão. Aceita a condição dolorosa feita aos homens, sem revoltar-se contra Deus, sem intentar contra ela um processo (6,10); isto significa que ele se proíbe interpretar o comportamento de Deus à maneira de Jô, que denunciava um Deus hostil, desconfiado, injusto, mortal. Qohelet não acusa a Deus nem o julga: aquele que teme a Deus mantém “que ele fez tudo de maneira conveniente em seu tempo” (3,11), mesmo quando a inteligibilidade do plano de Deus continua oculta para ele.

Esta análise do temor de Deus justifica a expressão “fé estóica” utilizada mais acima. Estamos longe da fé de Jô, na qual o consentimento final dá ao homem mais sofrimento a paz e a certeza da comunhão com Deus. Que contraste entre o abandono confiante do patriarca e a submissão rígida de nosso sábio! O Deus de Jô é ainda o Deus de Israel, que tomou a iniciativa do diálogo com o homem; Jô se obstina em falar e sua teimosia acaba por ser recompensada, mesmo se a recompensa divina frustra em seu conteúdo a expectativa humana. Qohelet toma seu partido do silêncio de Deus: “Deus está no céu e tu sobre a terra; assim, que tuas palavras sejam pouco numerosas!” (5,1). De Javé, o Deus de Qohelet guardou a existência, a unicidade, a transcendência; mas afastou-se a uma distância vertiginosa de um

príncipe metafísico. Nosso sábio, talvez a contragosto, fecha o parêntese sobre mais de um milênio da revelação. A terra tornou-se mais fria e mais escura, e o homem, em sua solidão, fica tiritando na noite fria como o isolado em 4,11.

Esta atitude religiosa fundamental, que requer um consentimento pessoal, inspira todo um comportamento. Encarna-se principalmente num procedimento moral; em 8,12 o temente a Deus é equivalente o justo (oposto ao iníquo); segundo 7,18 é o penhor da única justiça e da única sabedoria acessíveis ao homem, tão afastado do abandono como da presunção. O temor de Deus irá temperar também as práticas religiosas e as penetrará de respeito (5,6). A subida ao santuário deve ser sobretudo a ocasião de tornar a ouvir os preceitos divinos e tudo aquilo que pode confirmar o sentido da grandeza de Deus. Os sacrifícios não são a coisa mais importante. As súplicas para obter uma melhoria da própria sorte, assim como os votos pelos quais se pensa apoiá-las mais eficazmente, devem ser feitos de maneira discreta; multiplicá-los é abandonar-se ao sonho; uma leviandade neste domínio provém da insensatez e da irreverência, e, em lugar de conseguir o favor hipotético de Deus, corre-se o risco de irritá-lo. Em certo sentido, isto significa querer acrescentar ou tirar algo à lei da obra divina; Qohelet viu as lágrimas dos oprimidos, e ninguém para consolá-los! (3,14;4,1).

Um sentido imediato

Em várias ocasiões, enquanto leva ao grande dia toda a vaidade deste mundo, Qohelet declara ter encontrado uma realidade mais ou menos sólida; reconheceu e verificou que não há satisfação para o homem a não ser no comer, beber e gozar da felicidade graças ao próprio trabalho (2,24;3,12-13.22;8,15). Experimentou pessoalmente esta felicidade (cap. 2) e viu homens que a conheceram efetivamente (5,17). Durante muito tempo, em todos os textos que acabamos de citar, ele a apresenta de maneira restritiva; é que ela é limitada aos poucos dias de vida dado por Deus; obtém-se uma “parte”, quando se desejaria que fosse sem fim. Mas precisamente devemos alegrar-nos com a felicidade que se obtém no dia-a-dia, sem olhar muito longe para frente: “No dia do bem-estar, goze da felicidade” (7,14). Ela é bastante consistente para que não se pense muito na brevidade da vida (5,19); tem suficiente fundamento para que seja “louvada” e celebrada (8,15). Confere à existência um sentido imediato e livra o homem da angústia. Quando, a partir de 9,7, Qohelet exorta positivamente seu leitor a realizar este sentido, abandona suas reticências e expõe com alguns pormenores o conteúdo da felicidade acessível ao homem; vê-se então que não se reduz a gozar do indispensável bem-estar material, mas que o coração é cumulado pelo tenro amor de um cônjuge e pela convivência com os outros; a felicidade é dividida, dada e recebida ao mesmo tempo. A celebração da vida culmina em 11,7: “Doce é a luz, e é uma grande felicidade para os olhos ver o sol”.

Não se trata de escamotear a realidade da morte. Querer esquecer o termo por meio de uma vida de dissipação é insensato (7,1-4); o sábio olha-a em rosto e nela reflete, a fim de se conhecer de verdade, a fim também de se lembrar de que sua passagem sobre a terra constitui sua única oportunidade de ser feliz (9,5-10;11,8b;12,1-7). De qualquer forma, não escapará ao declínio da velhice; então, tendo quase acabado sua parte de felicidade, a lembrança das alegrias passadas enchê-lo-á de melancolia, esperando que para ele se apague, definitivamente, a luz.

A sabedoria é normalmente o artífice da felicidade. Primeiramente, sob a forma de competência profissional e de habilidade (9,11-11,6); Qohelet sempre fala em alegrar-se “graças ao próprio trabalho”. O trabalho permite a aquisição daquilo que podemos chamar o suporte material, e às vezes mesmo o sacramento da felicidade humana; assim é ao mesmo tempo recompensado e estimulado. Nosso autor concederia sem dúvida que a altivez da dificuldade vencida e da obra levada a cabo já pertencem à felicidade; com efeito, a perspectiva de ser o homem arrancado às suas realizações pela morte parece-lhe como que

uma amputação; é um grande mal (2,18-21); sem dizê-lo tão claramente, Qohelet sentiu que o homem se realiza a si mesmo pelo trabalho. A sabedoria é ainda requerida sob a forma de uma disciplina de vida e de uma reflexão sobre os objetivos a atingir; em 4,4-8 foram-nos apresentados homens que se privaram totalmente de uma felicidade, embora estivesse ao alcance da sua mão. Enfim, é necessário estimar valores de justiça, de lealdade, de confiança recíproca, de solidariedade; onde quer que tenham sido calcadas aos pés, Qohelet viu a infelicidade esmagando o homem.

Vaidade das vaidades

O sábio procura a felicidade num mundo governado por Deus de maneira desnorteante e incompreensível, visto que nele reinam a morte, a maldade e a insegurança. Seus esforços com frequência são mal recompensados, e às vezes fracassam completamente; aquele que conhece o bom êxito deve quase espantar-se com isso (11,1), e admitir que em última instância, a felicidade que experimenta é menos o fruto da sabedoria do que um dom de Deus (3,13;5,18); não poderíamos dar a este dom o nome de graça; trata-se antes de uma concessão: Deus concede ou recusa o poder de se alegrar graças ao próprio trabalho (5,18;6,2). Isto manifesta quanto o sentido imediato reconhecido à existência humana é parcial; isto mostra também que muitos não podem realizar este sentido e que sua vida praticamente não é iluminada. O balanço da reflexão sapiencial continua negativo: “Vaidade das vaidades, conclui Qohelet, tudo não passa de vaidade” (12,8). Vaidade não significa que o mundo é inconsistente, visto que o homem se embate duramente nele, mas que se subtrai ao esforço de inteligência do sábio e não pode ser apreendido mais do que um sopro; subtrai-se também aos desejos do homem, que não agarra com a mão mais do que vento. Vaidade qualifica a relação do mundo às aspirações e à inteligência humana, como o confirmam os dois sinônimos às vezes acrescentados às palavras: procura de vento e reflexão de vento. Vaidade significa a impotência do homem e o caráter ilusório do mundo em que vive.

Sugestões para ler Qohelet em nossos dias

Diz-se de boa vontade que Qohelet procurava o Absoluto. Isto é verdade de sua pesquisa intelectual de um sentido, é verdade ainda de seu desejo de uma felicidade que não acabasse nunca; mas não soube nomear aquilo que encheria definitivamente o coração do homem; não podia identificar o apetite que excitava sua procura: este desejo de ver a Deus, depositado no mais profundo do coração de toda a criatura humana. Além disso, se Qohelet funda toda a sua sabedoria numa experiência ampla e sólida, falta-lhe sem dúvida uma experiência: aquela de uma comunhão intensa com Deus, como a viveram o autor de Jó e muitos salmistas; mas o resultado teria sido um novo livro de Jó, com menos poesia, e não o livro do Eclesiastes. Era preciso que Qohelet fosse aquilo que ele foi; seu ensaio sobre as relações entre sabedoria e felicidade num mundo criado por Deus é insubstituível. A análise de Qohelet é mais completa e mais objetiva do que aquela de Jó, que vê tudo através de seu caso pessoal, mesmo se se entende que através do mundo existem muitos “Jó”. O magnífico ato da fé do patriarca impressiona-nos e nos comove, mas sendo uma resposta existencial, poderia fazer-nos esquecer que o escândalo que dá ocasião a isto permanece inteiro e não resolvido; continua de pé a questão de uma salvação que satisfaça totalmente o homem; e, admitindo que a comunhão com Deus continua o cume da felicidade, por que deveria acabar com a morte? Jó não levanta o problema da morte com a mesma acuidade com que faz Qohelet. Este último é crente, mais de cabeça do que de coração: lembra-no assim que o abandono confiante de Jó não se impõe por si mesmo.

O livro de Qohelet é sempre atual. O mal que descreve ainda nos atinge; a vinda de Cristo deixou subsistir a morte, a maldade dos homens e a insegurança da vida como da história. Nosso sábio suscita o interesse não somente dos crentes, mas dos incrédulos; estes

sentem bem que para ele Deus está longe do homem, mesmo se de outro lado aparece de uma proximidade aterradora, sempre ocupado, se assim podemos exprimir-nos, em semear emboscadas nos passos dos homens. Isto nos leva a dizer que o leitor de hoje corrigirá a visão de Qohelet, no sentido de uma santa secularização. A humanidade do século XX deixou de ser esmagada pelo mundo, para começar a dominá-lo pela ciência e pela técnica. O convite a empreender com ousadia evoca para nós um projeto grandioso de construção do mundo, inimaginável para Qohelet. Mas o homem está ainda longe de ser o senhor absoluto: tal dia traz-nos a notícia de uma inundação, noutro dia a notícia de um tremor de terra, que fizeram centenas de mortes e milhares de desabrigados; as próprias técnicas, sempre mais complexas, escapam às vezes ao controle do homem. A malícia dos homens exerce sempre sua obra de opressão e de morte, e daqui por diante pode apoderar-se das técnicas para multiplicar suas devastações. Mais do que Qohelet, vemos o imenso campo que se abre à iniciativa da humanidade, e muitos males acusam menos a Deus do que os homens, que ainda não assumiram a responsabilidade de combatê-los; em todo caso, indicam outros tantos objetivos a serem realizados com urgência. O leitor contemporâneo desenvolverá consideravelmente a curta passagem Ecl 4,9-12 sobre as vantagens da associação. Com efeito, tomamos consciência da dimensão coletiva da procura da felicidade, como da luta contra tudo aquilo que lhe cria obstáculos; e os oprimidos sabem que agindo de maneira solidária chegarão, lenta e dolorosamente talvez, a se libertar. Mas o peso da malícia coletiva é deprimente; fica-se a duvidar se jamais poderá ser retirado. Enfim, na melhor das hipóteses, ou no melhor dos mundos subsistirá sempre a contradição da morte. As civilizações mais evoluídas inventam mil maneiras para escamoteá-la ou dramatizá-la; é verdade, de outro lado, que a vida assume um sentido quando a consagramos inteiramente a um mundo justo e fraterno; contudo a morte continua a interrogar-nos, impedindo principalmente que a questão do destino pessoal se dilua na realização do projeto coletivo.

Nesta visão renovada do mundo, Deus parece ainda mais longe e, o que não era o caso na visão de Qohelet, parece mesmo, aos olhos de alguns, tornar-se inútil, visto que os homens atingiram uma percepção inaudita de sua autonomia de suas possibilidades e de suas responsabilidades. Na realidade, as ciências não tornam caduca a fé de Qohelet em Deus “que faz tudo”; mas sobretudo os cristãos crêem que em Jesus Cristo Deus se aproximou dos homens. O Filho de Deus veio, comendo e bebendo com eles: ignorando como eles o futuro imediato, inventou dia após dia sua resposta à vontade do Pai. Por seu anúncio do reino, revelou como Deus pretende oferecer um aperfeiçoamento transcendente, ao mesmo tempo inesperado e exatamente no prolongamento dos esforços dos homens que constroem o mundo e realizam o sentido imediato que descobriram. Por se ter tornado o profeta de uma humanidade reconciliada com Deus, Jesus chamou sobre si todo o peso da malícia dos homens, experimentou a angústia da morte e conheceu o silêncio de um Pai aparentemente distante e indiferente. Mas, por ter amado até o fim o Pai e os homens, entrou na glória, vencedor do pecado e da morte, constituído chefe da humanidade da qual é de agora em diante a esperança. A fé dos cristãos não é *vento*, porque Cristo ressuscitou verdadeiramente: Pedro, Tiago e todos os apóstolos o *viram*. Agindo além da morte, Cristo realiza hoje, pelo dom do Espírito Santo, a *obra* do Pai.

Referências

- 1 - ARAÚJO, E., Escrito para a eternidade. A literatura no Egito faraônico, Brasília, Ed. UNB, 2000.
- 2 - GILBERT, M., La Sagesse de l’Ancient Testament, Leuven 1990.

- 3 - PRITCHARD, J. (org.), Ancient Near Eastern Texts relating to the Old Testament (ANET), Princeton 3ed. 1969.
- 4 - SCHOORS, A. (org.), Qohelet in the Context of Wisdom, Leuven, BETL, 1998.
- 5 - VILCHEZ, J., Eclesiastes o Qohelet. Verbo Divino, Madrid 1994.
- 6 - WOLFF, H. W., Antropologia do Antigo Testamento, S. Paulo, Loyola, 1975.